

Política Pública de Transferência de Renda no Brasil: Considerações Iniciais de uma Revisão da Literatura

Marcus Santos de Sousa¹
Débora Coutinho Paschoal Dourado²

Recebido em 13 agosto de 2015
Aprovado em 24 agosto de 2015

DOI: 10.18829/2Frp3.v1i2.17359

RESUMO

A discussão sobre os Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil ganhou grande destaque durante o ano de 2014 em decorrência das eleições presidenciais. Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre as publicações científicas, produzidas desde o ano de 2003, que se dedicaram, principalmente, a debater, a avaliar e a relacionar as Políticas de Transferência de Renda Federal no Brasil com os diversos assuntos de interesse da Academia. As bases de dados utilizadas foram Web of Science, Scopus, Biblioteca Digital de Dissertações e Teses e Portal de Periódico da CAPES. Foram encontrados 201 trabalhos relacionados ao tópico em questão. Destes, a maioria foi publicada entre os anos de 2009 e 2013. Da região Sudeste, vêm 55% dessas publicações. A área do conhecimento que mais se interessa pelo tema é a Ciência Social Aplicada, com destaque para Economia e Serviço Social. Percebe-se que a discussão sobre a saúde tem um destaque maior e que outros temas, como trabalho e educação, ainda são pouco explorados.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Transferência de Renda. Revisão da Literatura.

ABSTRACT

The discussion of the Cash Transfer Program (CTP) in Brazil was highlighted during the year 2014 as a result of the presidential election. This work aims to conduct a literature on scientific publications, produced since 2003, which is devoted mainly to discuss, evaluate and to relate the Federal Income Transfer Policies in Brazil with the various subjects of interest the Academy. The databases used were Web of Science, Scopus, Digital Library of Theses and Dissertations and CAPES Journal Portal. Found were 201 works related to the topic in question, of those, most were published between the years 2009 and 2013, the Southeast has a presence in 55% of these publications, the area of knowledge that more is interested in the subject is Science Applied Social, especially Economics and Social Service. It is noticed that the discussion on health has a key and another theme as work and education are largely unexplored.

Keywords: Public Policy. Cash Transfer. Literature Review.

1. Introdução

Nos últimos anos, especialmente em 2014, em decorrência das eleições presidenciais, a sociedade brasileira inseriu-se, ou foi inserida, dentro de um debate acalorado no qual discutia-se as políticas adotadas pelo atual governo. Essas discussões foram travadas na mídia, no Sena-

1. Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), participante do Observatório da Realidade Organizacional. E-mail: marcus.disousa@gmail.com

2. Professora Adjunta no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: dcpdourado@gmail.com

do, na Câmara Federal, nos espaços públicos, nas redes sociais, nas instituições de ensino e, provavelmente, muitos lares também foram palcos de discussões.

O espectro que compõe todo esse debate foi iniciado ainda no ano de 2003, com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) na Presidência da República deste país. A partir daquele ano, o Brasil inaugurou seu período esquerdista, colocando em execução uma nova política de governo baseada “no equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômica, social e ambientalmente” (MOTA, 2012 p. 34.). Dessa forma, o Brasil protagoniza a ideologia do chamado novo desenvolvimentismo (MOTA, 2012).

Provavelmente, a marca desse governo, e de sua sucessora, Dilma Rousseff, está fortemente relacionada à cristalinização da Política de Transferência de Renda (PTR) como proteção social. Na opinião de Soares e Sátyro (2009), nos países da América Latina e, especificamente, no Brasil, a trajetória dessas políticas vem se fortalecendo desde a Constituição de 1988. É sobre essa política que este trabalho pretende discorrer.

No Brasil, as políticas de transferência de renda, de abrangência federal, foram inauguradas ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A primeira surgiu em 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); a segunda foi o Programa Bolsa-Escola, seguido do Bolsa Alimentação, ambos criados em 2001. Em 2003, foi criado o Programa Cartão Alimentação (SOARES; SÁTYRO, 2009). A partir de 2003, os quatro programas citados, mais o Vale-Gás, de 2002, foram unificados naquele que hoje é considerado o maior programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família (PBF) (KERSTENETZKY, 2009).

Este trabalho não tem por intenção apresentar tais programas e, muito menos, discutir os resultados alcançados por cada um deles. Deixaremos essa tarefa para órgãos, como o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD, 2015; FAO; FIDA; PAM, 2014) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que vêm publicando, sistematicamente, avaliações, notas e artigos, discutindo o alcance desse e de outros programas no Brasil e no mundo.

O objetivo aqui é oferecer um conjunto de informações relacionadas às publicações científicas, produzidas desde o ano de 2003, que se dedicaram, principalmente, a debater, a avaliar e a relacionar as Políticas de Transferência de Renda Federal no Brasil com os diversos assuntos de interesse da Academia. Dentro desse contexto, pretendeu-se, inicialmente, apresentar os dados gerais obtidos por meio de uma revisão da literatura, realizada em quatro bases de dados. Os materiais para análises foram pré-selecionados por meio de critérios de inclusão/

exclusão. Em seguida, foram identificados, selecionados, categorizados e analisados, e, finalmente, apresentados neste trabalho.

Nas seções a seguir, há uma discussão sobre a definição de políticas públicas e uma contextualização das Políticas de Transferência de Renda no Brasil. Em seguida, vem uma apresentação da metodologia utilizada, que explica os procedimentos de coleta dos trabalhos, bem como os critérios de inclusão e exclusão. Nas duas últimas partes, são apresentados os principais resultados relacionados à revisão e, depois, as considerações finais.

2. Políticas públicas de transferência de renda

Mesmo com as dificuldades de definição do termo Políticas Públicas, é possível observar certos pensamentos que trazem uma melhor compreensão. Por exemplo, Saraiva (2006, p. 35) apresenta que, de maneira geral, a política pública integra-se “dentro do conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial para a busca do bem-estar coletivo. Cada política, por sua vez, inclui diferentes aspectos aos que dá prioridade, em função de urgências e relevâncias”.

Pode-se entender política pública como o “Estado em ação”. Nas palavras de Höfling (2001, p. 31), “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Em meio a essas duas tentativas de esclarecimento, fica entendido que políticas econômicas, sociais, de habitação e de mobilidade, dentre outras, todas beneficiam – ou deveriam beneficiar – de alguma forma uma coletividade, sendo executadas pelo Estado. Assim, todas são políticas públicas.

Durante as décadas de 1960 e 1980, os governos na América Latina seguiram a fio as propostas de políticas desenvolvidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sob a ótica macroeconômica neoliberal (PIRES, 2004). A intenção era alcançar um rápido crescimento econômico em um curto período de tempo.

Os resultados dessas políticas apareceram sob a forma de estabilidade monetária e de melhoria nas condições gerais de competitividade internacional (PIRES, 2004), mas também por meio da persistência da pobreza e do aumento significativo do número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, sendo esta a característica do padrão de desenvolvimento seguido por aqueles países (MARQUES, 2013).

Os Programas de Transferência de Renda (PTR), ou Crash Transfer Income, têm sua raiz histórica no Século XX, no momento de consolidação do Welfare State nos países da Europa. Registros desses programas ocorrem no Reino Unido desde 1948, na Finlândia, em 1956, na Suécia, em 1957, na Alemanha, em 1961, nos Países Baixos, em 1963, na Bélgica, em 1974, e

na França, em 1988. Todos esses países introduziram os PTR como forma de proteção social aos cidadãos fragilizados e expostos aos riscos sociais (ZIMMERMANN; SILVA, 2009).

Carece fazer uma distinção entre a concepção dessas políticas nos países da Europa e em alguns da América Latina e a adotada no Brasil. Naqueles, essa proteção constitui-se em um direito dos cidadãos e, no Brasil, como um projeto de governo (ZIMMERMANN; SILVA, 2009).

Foi a partir da Constituição de 1988 que, no Brasil, trabalhadores rurais tiveram direito à aposentadoria, mesmo se não tivessem contribuído para os fundos a ela destinados. Essa aposentadoria era amparada pelo conceito da transferência de solidariedade (SOARES; SÁ-TYRO, 2009). Para esses autores, a ideia foi fundamental para dar início a outras ações, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante renda a idosos e a pessoas portadoras de deficiência.

Ao passo que a pobreza se evidenciava como risco social, outros programas surgiam. Em 1991, o Senado Federal aprova um projeto, proposto por Eduardo Suplicy, pela criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Em termos, esse Programa previa a transferência de valores mínimos para cada brasileiro maior de 25 anos. Esse projeto seria o primeiro a versar sobre a transferência de renda direta e foi a base para outras iniciativas (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), os incentivos às políticas alimentares foram retomados, com a criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que gerou alguns programas de distribuição monetária de renda (ZIMMERMANN, 2006). Por exemplo, em 1996 foi lançado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); em 1997, o Programa de Garantia de Renda Mínima, ligado ao Ministério da Educação; no ano de 2001 foram lançados os Programas Agentes Jovens e Bolsa Alimentação, vinculados ao Ministério da Saúde; e, em 2002, foi criado o Programa Auxílio Gás, ligado ao Ministério de Minas e Energia.

Críticas a esses programas eram contundentes. Expressavam a precariedade de suas execuções, bem como questionavam seus resultados. Zimmermann (2006) entende que

esses projetos foram implementados por distintos ministérios e secretarias, não havendo uma ação interministerial coordenada. Muitas vezes, tais programas chegavam a concorrer entre si quando da liberação de recursos, como, por exemplo: Programa Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Bolsa-Alimentação. Tais programas foram executados por diferentes ministérios, impedindo a otimização das ações, resultando em alto custo operacional, em pouca efetividade e na falta de referência a direitos. (2006, p. 149)

Esses programas mostram-se importantes, principalmente para a aprendizagem brasileira na execução de ações dessa natureza. Apesar de suas limitações, essas políticas merecem crédito por sua intenção de contribuir com a coletividade

Em 2003, os Programas de Renda Mínima são implementados e dão lugar aos novos Programas de Transferência de Renda, que possuem como característica a inclusão de condicionalidades. A prática em utilizar os PTR com condicionalidades se popularizou em várias regiões como forma de alcançar os Objetivos do Milênio, definidos pela ONU.

Na América Latina, por exemplo, desde o ano 2000 é possível observar o aparecimento de várias Políticas dessa natureza. Mota (2012b) elenca pelo menos 20 programas implantados em diversos países latinos.

3. Metodologia

Para se alcançar o fim proposto para o estudo, realizou-se uma revisão sistemática acerca do tema Política de Transferência de Renda (PTR) no Brasil. Essa metodologia, para Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 123), “é um primeiro passo para a construção do conhecimento científico, pois é através desse processo que novas teorias surgem, bem como são reconhecidas lacunas e oportunidades para o surgimento de pesquisas num assunto específico”.

Creswell (2010) entende que uma revisão da literatura é um esforço que se emprega quando se está realizando um estudo de pesquisa. Dessa forma, são localizados e resumidos estudos relacionados a um tópico de pesquisa. O autor entende, ainda, que não existe uma única maneira de realizar essa revisão, mas, em geral, “procede-se de maneira sistemática para captar, avaliar e resumir a literatura” (CRESWELL, 2010, p. 55).

Nesse sentido, foi realizado um levantamento em quatro bases de dados multidisciplinares: Web of Science, produzido pelo Institute for Scientific Information (ISI) desde a década de 60; o Scopus, desenvolvido pela Elsevier desde 2004; a Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDDT), elaborada, em 2003, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e o Portal de Periódico da CAPES, mantido pelo Ministério da Educação do Brasil desde 2000.

Todos os repositórios são gratuitos e permitem que o usuário leia on-line e/ou realize o download para uma futura leitura. Essas bases de dados foram selecionadas por possuírem uma reconhecida qualidade e confiabilidade nos serviços de busca e indexação de periódicos nacionais e internacionais.

As bases foram acessadas durante os dias 18, 19 e 20 de março de 2015 e exploradas por meio dos descritores - transferência de renda e bolsa família. Houve a elaboração de certo critérios de inclusão e exclusão, apresentados na Figura 1, para pré-selecionar os trabalhos.

Inicialmente, partiu-se para a construção de um banco de dados com todos os trabalhos encontrados, por meio da pesquisa dos descritores.

Na etapa posterior, com base nos pré-selecionados, realizou-se a leitura dos títulos e palavras-chave, e, quando necessário, também, dos resumos, para verificação dos critérios de inclusão e exclusão. Após essa seleção, os trabalhos foram organizados e categorizados em uma Matriz de Síntese, seguida da análise e interpretação dos resultados e apresentação da revisão.

Para suporte da Matriz de Síntese, utilizou-se uma tabulação pela planilha do Microsoft Excel. Os trabalhos foram categorizados em: abordar diretamente o tema; motivo de exclusão; idioma utilizado; formato, local e periódico da publicação; área do conhecimento; número de autores; ano de publicação; e palavras-chave.

Tabela 1 – Critério de inclusão e exclusão para pré-seleção de materiais

Critérios	Inclusão	Exclusão
Formato do trabalho	Artigo, dissertação e tese	Resumos, resenhas, capítulo de livro, matéria de jornal.
Abrangência do programa	Federal	Estadual, municipal (inclusive Distrito Federal).
Ano de publicação	Publicado entre 2003 e 2014.	Publicado antes de 2003 e/ou em 2015.
Idioma	Todas*	Nenhuma*
Área de conhecimento	Todas	Nenhuma
Abordagem ao tema	O tema deveria ser o ponto principal do trabalho, podendo discutir aspectos institucionais das PTR; buscar relações, influências, efeitos com outros temas; discutir formas de avaliação; analisar contexto político e/ou econômico que envolve as PTR.	O tema aparece APENAS como uma variável de análise para outra discussão principal; o trabalho utiliza o perfil de beneficiários dessas PTR como critério para definir a amostra da sua pesquisa; e trabalhos duplicados.

*Exceto para a base de dados da CAPES, nessa o filtro foi feito apenas para os trabalhos escritos em português.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Nesta seção, apresentam-se os principais resultados preliminares, obtidos pela revisão do tema Políticas de Transferência de Renda no Brasil. As tabelas e figuras a seguir foram construídas por meio de uma análise descritiva dos dados.

A análise inicia-se com a discussão da Tabela 1, em que se apresenta uma síntese dos trabalhos encontrados nas bases de dados dos Web of Science, Scopus, Biblioteca Digital de Dissertações e Teses – BDDT e Portal de Periódico da CAPES.

Tabela 2 – Síntese dos trabalhos encontrados nas bases de dados

Base de Dados	Formato	Total antes da exclusão		Dup.		Exclusões Tem.		For.		Total após a exclusão	
		Un.	(%)	Un.	(%)	Un.	(%)	Un.	(%)	Un.	(%)
Web of Science	Artigo	24	7,1	7	5,1	3	2,2	0	0,0	14	7,0
Scopus	Artigo	3	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,5
BDDT	Dissertação	39	11,5	0	0,0	6	4,4	0	0,0	33	16,4
	Tese	12	3,6	0	0,0	4	2,9	0	0,0	8	4,0
Periódicos CAPES	Artigo	173	51,2	42	30,7	32	23,4	12	8,8	87	43,3
	Dissertação	59	17,5	13	9,5	8	5,8	0	0,0	38	18,9
	Tese	28	8,3	2	0,6	8	5,8	0	0,0	18	9,0
Subtotal		338	100	64	46,7	61	44,5	12	8,8	201	100
Total (%)		100		40,5						59,5	
TOTAL		338		137						201	

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda (Dup. = duplicados; Tem. = não abordam o tema diretamente; e For. = trabalhos fora do formato).

Como se pode notar, foram excluídos 40% dos trabalhos. Essas exclusões ocorreram seguindo os critérios listados na Figura 1. Duplicação e repetição (46%) foram os motivos da maioria dessas exclusões. A base de maior frequência dessa exclusão foi a do Periódico CAPES.

Além disso, 44% dos trabalhos foram excluídos por não abordarem diretamente a temática, ou seja, Transferência de Renda. Esses trabalhos, em sua maioria artigos e dissertações, abordam o tema de forma secundária, por exemplo, identificavam que certos fenômenos estudados (tema principal) tinham maior ocorrência na população beneficiada por programas de transferência de renda. Alguns desses trabalhos apenas utilizaram o perfil dos beneficiários, a maioria do Programa Bolsa Família, como forma de recorte para selecionar uma amostra.

Por fim, observou-se que quase 9% dos trabalhos foram excluídos por não estarem no formato definido. As exclusões por esse critério foram localizadas apenas na base de dados do Periódico CAPES. Como exemplo para essas exclusões, tem-se trabalhos no formato de matérias de revista, resumos e resenhas. Ressalte-se que o Periódico CAPES, mesmo após as exclusões, é a base em que mais existem trabalhos relacionados ao tema em questão. Foram 143 (71,1%) do total após a exclusão. Seguem os trabalhos localizados na BDDT (20,4%), no Web of Science (7%) e no Scopus (1,5%).

Nos próximos quadros, imagens e/ou tabelas serão utilizados apenas os dados dos trabalhos (59,9%) selecionados após a exclusão. Para observar a variação anual da produção sobre o tema, foi elaborada a Figura 2, que mostrará tais oscilações.

Gráfico 1 – Produção de trabalhos entre os anos de 2003 – 2014



Fonte: Web of Science, Scopus, BDDT, Periódico CAPES. Elaborado pelo autor

Destaca-se que, antes de 2003, o governo brasileiro já contava com alguns programas de transferência de renda, como o PETI, de 1996; Programa Bolsa-Escola e Bolsa Alimentação, de 2001; Auxílio Gás, 2002, e Cartão Alimentação, de 2003 (BRASIL, 2004). No entanto, como é possível observar, não há indícios de produção sobre tais programas, haja vista que, de 2003 a 2005, foram encontrados apenas três trabalhos.

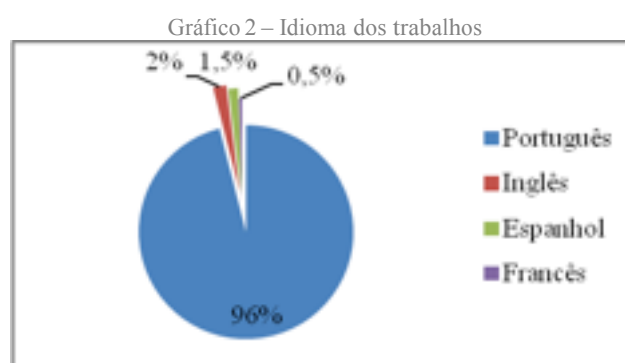
Somente a partir de 2007 observa-se um aumento considerável dessas produções em comparação com os anos anteriores. Nota-se que, nos anos seguintes, até o final de 2013, houve aumento da produção, seguida de uma estabilização da variação de um ano para outro. Ressalte-se que, em 2004, teve início o programa de transferência de renda Bolsa Família, que unificou os programas anteriormente supracitados e ampliou sua abrangência.

Em 2014, a produção apresenta uma grande queda e passa de 31 trabalhos publicados para apenas nove. Essas variações mostram que o período de maior atividade científica foi visto entre os anos de 2007 a 2013, o que, conseqüentemente, permite afirmar que esse foi o íterim de maior evolução da temática.

Devido à própria limitação da pesquisa em abranger 100% das bases científicas, é possível que essas variações sofram variações se forem incluídas outras bases.

Ao fazer um recorte por idiomas, nota-se produções a partir de 2008. O período de maior publicação em outra língua é o ano de 2013. Vale destacar que essas publicações, como revela a Figura 3, representam um percentual de apenas 4% do total. Os artigos foram escritos, quase em sua totalidade, em língua brasileira (Brasil) (96%). Os demais foram escritos em inglês (2%), espanhol (1,5%) ou em francês (0,5%).

Embora o maior interesse pelo tema ainda seja pela academia científica nacional, há indícios de interesse internacional acerca das políticas sociais adotadas pelo governo brasileiro. Entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), assim como noticiários, são alguns responsáveis por difundir alguns resultados obtidos por meio dos PTR para a comunidade internacional. Essas notícias tratam as experiências brasileiras como exemplares para a superação da pobreza e mudança social (El PAÍS, 2015; PNUD, 2015b; FAO, FIDA e PAM, 2014).



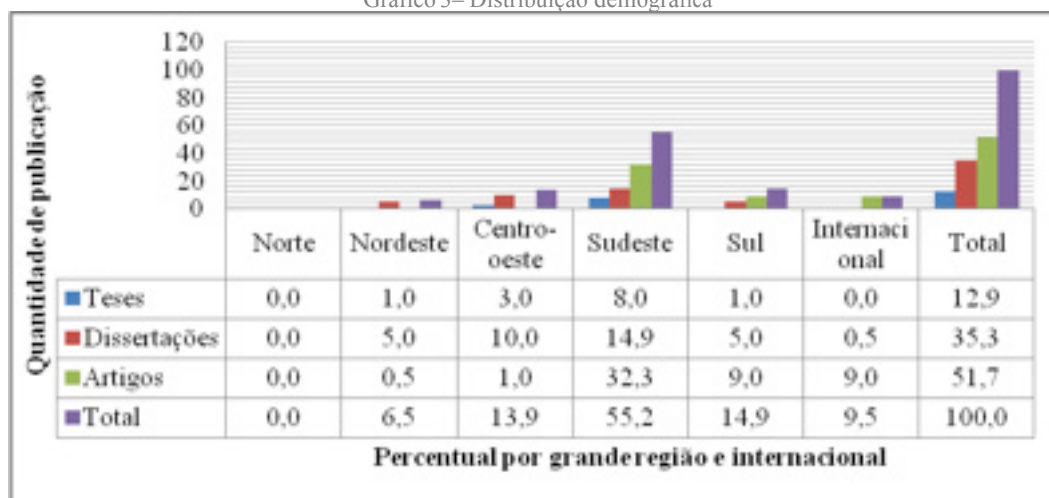
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Para observar a distribuição demográfica dessas publicações, elaborou-se a Figura 4. Ela apresenta o percentual de publicação por grande região no Brasil, bem como no exterior. Esse gráfico foi elaborado utilizando o local de editoração dos periódicos ou defesa, no caso de dissertação e tese.

De forma geral, a maior quantidade de trabalhos encontrados são artigos, seguidos de dissertações e, depois, das teses, 51,7%, 35,3% e 12,9%, respectivamente. Quando se classifica por região, tem-se o Sudeste, o Sul e os trabalhos publicados fora do Brasil com este mesmo padrão, um número de artigos publicados superior aos trabalhos de pós-graduação stricto sensu. Essas regiões também são as que mais publicam. Somente a região Sudeste chega a 55,2% das publicações, seguida da região Sul, com 14,9%, e das publicações internacionais, com 9,5%.

Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, encontra-se outro padrão de publicações. Nessas regiões, a maioria dessa produção está sob a forma de trabalho de pós-graduação. Na região Nordeste, por exemplo, que concentra 6,5% dos trabalhos, 5% são dissertações e 1% teses. Na região Centro-Oeste, ocorre algo parecido, dos 13,9% da região, 10% são dissertações e 3% teses.

Gráfico 3– Distribuição demográfica



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Pode-se observar que não existe nenhum dado referente à região Norte do Brasil, provavelmente devido aos critérios de inclusão e exclusão utilizados nesta pesquisa.

Optou-se, então, por apresentar alguns dados por meio da separação dos artigos dos trabalhos de pós-graduação. Dessa forma, na Figura 5, é apresentada a lista de periódicos que publicam artigos científicos relacionados ao tema, separados por grande região do Brasil, bem como periódicos internacionais.

Tabela 3 – Relação de Periódicos Nacionais e Internacionais

Crítérios	Inclusão
Norte	Sudeste
Sem dados	Ciência & Saúde Coletiva***
Nordeste	Opinião Pública***
Revista Ártemis*	Economia Política***
	Saúde e Sociedade***
Centro-oeste	Economia e Sociedade**
Revista do CEAM*	Economia Contemporânea**
Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Cadernos de Pesquisa**
	Novos Estudos**
Sul	Economia e Sociologia Rural**
Revista Katálysis***	Saúde Pública**
Textos & Contextos**	Argumentum*
Desenvolvimento em Questão**	Caderno de Saúde Pública*
Ciências Sociais Unisinos*	Caderno Terapia Ocupacional*
Estudos Feministas*	Cadernos Gestão Pública e Cidadania*
Política & Sociedade*	DADOS – Revista de Ciências Sociais*
Psicologia: Reflexão e Crítica*	Dilemas*
Revista de Administração Contemporânea*	Economia Aplicada*
Revista Espaço Acadêmico*	Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*
	Estudos e Pesquisas em Psicologia*
Internacional	Lua Nova*
Revista Panamericana de Salud Pública***	Physis Revista de Saúde Coletiva*
Contribuciones a las Ciencias Sociales**	Revista Brasileira de Economia*
América Latina Hoy*	Revista Brasileira de Epidemiologia*
Communications in Nonlinear Science and Numerical Simulation*	Revista Dados*
El Ágora USB*	Revista de Administração Pública*
Field Actions Science Reports*	Revista de Nutrição*
Gestión y Política Pública*	Revista Economia Aplicada*
Historia Caribe*	Revista Economia e Sociedade*
Nómadas*	Revista Estudos Avançados*
Portularia*	Revista Paulista de Pediatria*
Revista Colombiana de Geografía*	Serviço Social Sociedade*
Revista Interamericana de Psicología*	Vértices*
Trabajo Social*	

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

* Periódicos que publicaram pelo menos um artigo durante o período de consulta. ** Periódicos que publicaram de dois a três artigos. *** Periódicos que publicaram quatro ou mais artigos.

Em seguida, na Figura 6, há dados específicos dos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu*. Nela, pode-se verificar as principais áreas de conhecimento que vêm discutindo o tema Políticas de Transferência de Renda no Brasil.

Os periódicos foram organizados por ordem de maior publicação. Assim, é possível observar que muitos deles publicaram até um artigo relacionado ao tema, isso, independentemente, dos nacionais e internacionais. No entanto, outros aparecem com destaque por terem publicado quatro ou mais artigos.

Em se tratando de periódicos, na região Sul há a **Revista Katálisis**, que procura difundir conteúdos das Ciências Sociais, especificamente da área de Serviço Social. Na região Sudeste, destacam-se as revistas **Ciência & Saúde Coletiva**, que publica debates sobre temas da Saúde Coletiva, e **Opinião Pública**, que aborda discussões sobre comportamento político e social, além da teoria da opinião pública e da representação e estudos sobre mídia e cultura política. Há ainda a Revista **Economia Política**, destinada à publicação de trabalhos na área em questão, e a **Saúde e Sociedade**, que se interessa por divulgar a produção científica das diferentes áreas do saber, sobre práticas de saúde, visando ao desenvolvimento interdisciplinar do campo da saúde pública. No âmbito internacional, ressalta-se a revista **Panamericana de Saúde Pública**, que divulga informações acerca da temática, a fim de fortalecer as condições de saúde do hemisfério.

É válido dizer que três das seis revistas em que mais são encontradas publicações pertencem à área da saúde. Isso mostra o interesse dessa área por tais políticas. Além disso, essas revistas têm interesse em trabalhar com temas coletivos, ou seja, ligados às políticas governamentais e públicas.

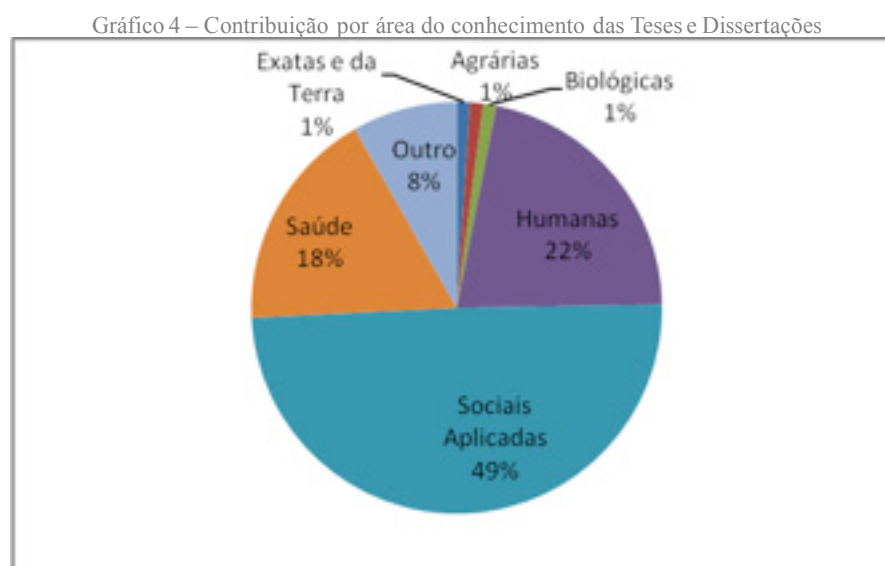
No entanto, observa-se que existem outras áreas que também se interessam pelo tema. A Figura 6 mostra a participação dos programas de pós-graduação na discussão do tema. Percebe-se pelo menos seis áreas do conhecimento. São elas: Ciências Agrárias, Biológicas, Humanas, Sociais Aplicadas, Saúde, Exatas e da Terra, entre outras.

Nesse formato de publicação, as **Ciências Sociais Aplicadas** são as que mais se destacam em termos de produção: representam 49% dos trabalhos encontrados. Dentro desta área, evidencia-se maior número de produção relacionada à **Economia**, com 21 trabalhos abordando economia aplicada, economia regional, economia do setor público, economia política, e 14 trabalhos ligados à área de **Serviço Social**.

As áreas de conhecimento de Ciências Humanas e Ciências da Saúde representam 22% e 18%, respectivamente. Vale ressaltar que a Saúde teve maior destaque na produção de artigos e, aqui, fica em terceiro lugar quanto à produção acadêmica de dissertações e teses.

Outras áreas que também contribuem com o tema são as Ciências Biológicas, as Ciências Agrárias, as Ciências Exatas e da Terra, sendo que cada uma delas representa 1% das produções. Existem ainda contribuições que se enquadram como “Outras”, segundo a tabela do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2015). É o caso das Relações Internacionais e Integração da América Latina, que, juntas, compõem 8% dos trabalhos.

Feita essa análise por formato de publicação, buscou-se identificar os assuntos mais debatidos sobre as Políticas de Transferência de Renda. Ou seja, desejou-se saber quais aspectos os pesquisadores mantiveram seus olhares ao longo do período pesquisado. A partir do uso das palavras-chave dos artigos, dissertações e teses, criou-se uma nuvem, como mostra a Figura 7, dividida em quatro quadrantes, com as 50 palavras mais utilizadas.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Primeiramente, pode-se identificar que, dentre as PTR, o Programa Bolsa Família é o que parece ter maior participação nos trabalhos, tendo em vista seu destaque no tamanho. De certa forma, isso já era esperado devido ao curto período de existência de programas, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, que foram unificados em 2004 no Programa Bolsa Família. No entanto, causa estranheza devido ao PETI, iniciado em 2006.

Outro ponto que chama a atenção na Figura, localiza-se no 2º quadrante. Os trabalhos parecem discutir aspectos das **Políticas Sociais** ligadas à **nutrição**, **pobreza** e **desigualdade**, ou ainda, discussões sobre **Política Pública**.

É interessante observar a quantidade de palavras ligadas à Saúde, por exemplo, alimentação, alimentar, nutrição, nutricional e à própria palavra saúde. Isso, de certa forma, mostra

Figura 1 – Nuvem das 50 palavras-chave mais utilizadas



Outra palavra que nos chama atenção é **Estado**, que aparece de forma ainda mais modesta no 4º quadrante. No entanto, não é possível afirmar que não exista essa discussão, pois outras palavras podem estar sendo utilizadas com essa intenção, como Política. E mesmo a palavra Pública pode abarcar discussões sobre o papel do Estado e dos governos frente às PTR.

Vale chamar a atenção para as ausências de outras palavras, como **Educação**. É estranho aceitar que políticas de transferência de renda não se relacionem com essa palavra. Isto porque uma das características dessas políticas é a condicionalidade que, no Brasil, geralmente, está presente nas áreas da educação e saúde. Esta última já vista com mais frequência. Isso mostra uma lacuna acadêmica e uma oportunidade para trabalhos na área.

5. Considerações Finais

Este trabalho se propôs a apresentar os primeiros dados obtidos em uma revisão da literatura referente ao tema Políticas de Transferência de Renda no Brasil. Logo, os resultados apresentados devem ser compreendidos como uma fotografia e utilizados como ferramenta complementar para trabalhos futuros. Visto dessa forma, anula-se qualquer argumento que tende a colocar este trabalho no patamar de completo. Assim, é preferível assumir uma postura de trabalho em constante construção.

Esta revisão teve quatro bases de dados como fonte de coletas, duas nacionais, Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDDT) e o Periódico CAPES, e duas internacionais, o Web of Science e o Scopus. Sabe-se da existência de outras bases de dados, como SciELO - Scientific Electronic Library Online, e outros periódicos brasileiros. No entanto, é notória a inviabilidade para este extenso trabalho. Esse fato, sem dúvida, apresenta-se como limitação deste estudo, o que possibilita que sejam encontradas informações diferentes com a inserção de outras bases de dados não utilizadas aqui. Porém, o interesse em aproximar-se da realidade é notório. Logo, a possibilidade de realizar novas pesquisas ou ampliar esta pode ser a motivação para a continuidade desse conhecimento.

Apesar das limitações, chega-se ao fim deste trabalho com a possibilidade de visualizar o percurso feito pelo tema Políticas Públicas de Transferência de Renda. Destaca-se que, apesar de existirem programas dessa natureza desde 1996, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), somente a partir de 2007 é que as publicações científicas parecem dar maior atenção a eles. Outro ponto saliente é que, dentre os programas existentes, o Programa Bolsa Família, criado em 2003, é o que mais se evidencia em termos de interesse nas pesquisas. Quanto aos temas de discussão, aponta-se que as questões ligadas à educação, trabalho e avaliação, sobretudo as do Programa Bolsa Família, mostram-se predominantes. No que diz respeito às brechas e oportunidades de discussão, pode-se elencar as questões ligadas ao trabalho dos beneficiários e suas interações com as de menor produção.

Acredita-se que as políticas públicas desempenham papel fundamental dentro do quadro social dos países, principalmente dos em desenvolvimento. Países esses que vivem e sofrem com o imperialismo e com pressões das nações de “centro”. Dessa forma, essas políticas projetam uma possibilidade de esperança, ou talvez alívio, para um conjunto de milhares de cidadãos marginalizados e a chance de escreverem suas próprias histórias.

6. Referências Bibliográficas

- BRASIL. 2004. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- BOTELHO, L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. **O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais**. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p.121-136, maio/ago. 2011.
- CNPq, 2015. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tabela de Áreas do Conhecimento**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- EL PAÍS, 2015. Brasil lidera a redução da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial. Publicado em 23 abr 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575_591974.html, Acesso em: 07 jun. 2015.
- FAO, FIDA e PAM. 2014. **L'État de l'insécurité alimentaire dans le monde 2014**. Créer un environnement plus propice à la sécurité alimentaire et à la nutrition. Rome, FAO.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, p. 30-41, nov. 2001.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 1, 2009, pp. 53 a 83.
- MARQUES, Rosa Maria. **Política de Transferência de Renda no Brasil e na Argentina**. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 298-314, abril-junho/2013.
- MOTA, Ana Elizabete. **Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro**. In: Desenvolvimento e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina**. Configurações [Online], 10 | 2012b. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/1324>> Acesso em: 08 dez. 2014.
- PIRES, Júlio Manuel. **Políticas Sociais e Ajuste Econômico: a América Latina na Década de 1990**. Cadernos PROLAM/USP, vol. 2, p. 47-72, 2004.

PNUD. **Erradicar a extrema pobreza e a fome**. Programadas Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm1.aspx>. Acesso em: 06 fev. 2015.

SARAIWA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: **Políticas públicas**; coletânea/ (org.): Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. p. 21-42 – Brasília: ENAP, 2006.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília, 2009. (Texto para discussão, 1424).

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil**. Revista Internacional de Direitos Humanos: sur, v. 3, p.144-159, n. 4, 2006.

_____; SILVA, Marina da Cruz. **O Programa Bolsa Família**: lições da experiência alemã. Revista Espaço Acadêmico, nº 98, Ano IX, Julho, 2009.